LEI ORDINÁRIA Nº 887, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2000

ALTERA OS ARTS. 183 E 200 DA LEI 1.144, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1980, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO CARLOS DA SILVA, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º O [art. 183 da Lei Municipal nº 1.144, de 06 de novembro de 1980](#), passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos §§ 1º e 2º:

"Artigo 183 É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com ruídos, algazarra, desordens, barulho ou som de qualquer natureza, excessivos e evitáveis, produzidos por pessoas, materiais ou equipamentos de qualquer gênero, inclusive o som gerado e propagado por veículo.

§ 1º Considera-se excessivo e perturbador do sossego e do bem estar público, o ruído, a algazarra, a desordem, o barulho ou o som de qualquer natureza que ultrapasse o limite de 45 decibéis, medido por aparelho de verificação de intensidade sonora à distância de 5 (cinco) metros do local propagador do excesso.

§ 2º Considera-se veículo, para efeito desta Lei:

I – ARTICULADO - combinação de veículos acoplados, sendo um deles automotor;

II – AUTOMOTOR - todo veículo a motor de propulsão que circule por seus próprios meios, e que serve normalmente para o transporte viário de pessoas e coisas, ou para a tração viária de veículos utilizados para o transporte de pessoas e coisas;

III – DE CARGA - veículo destinado ao transporte de carga, podendo transportar dois passageiros, exclusive o condutor;

IV – DE COLEÇÃO - aquele que, mesmo tendo sido fabricado há mais de trinta anos, conserva suas características originais de fabricação e possui valor histórico próprio;

V – CONJUGADO - combinação de veículos, sendo o primeiro um veículo automotor e os demais reboques ou equipamentos de trabalho agrícola, construção, terraplenagem ou pavimentação;

VI – DE GRANDE PORTE - veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a dez mil quilogramas e de passageiros, superior a vinte passageiros;

VII – DE PASSAGEIROS - veículo destinado ao transporte de pessoas e suas bagagens;

VIII – MISTO - veículo automotor destinado ao transporte simultâneo de carga e passageiro.

IX – CAMIONETA - veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento;

X – CAMINHONETE - veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas;

XI – CICLOMOTOR - veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora;

XII – MOTOCICLETA - veículo automotor de duas rodas, com ou sem side-car, dirigido por condutor em posição montada."

Artigo 2º O [art. 200 da Lei Municipal nº 1.144, de 06 de novembro](#) de 1980, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Artigo 200

Parágrafo único - A infração ao art. 183 desta Lei, por meio da propagação de som excessivo em veículo, sujeitará o infrator, cumulativamente:

I - à multa de R\$ 300,00 (trezentos reais);

II - apreensão e remoção do veículo, quando este é utilizado pelo infrator como gerador e propagador de som excessivo e perturbador do sossego e do bem estar público, conforme art. 183 desta Lei, e quando estiver o mesmo em logradouro público;

III - pagamento das taxas e das despesas com a remoção e a estada do veículo."

Artigo 3º Os agentes municipais de trânsito, lotados na Divisão de Trânsito - DITRAN, da Secretaria de Serviços Municipais da Prefeitura de Caraguatatuba, além de suas atribuições normais, e os órgãos fiscalizadores dos demais entes da Federação, ficam responsáveis pela fiscalização e aplicação desta Lei quando, em logradouro público, a infração for cometida com a geração e propagação de som excessivo em veículo.

Artigo 4º A restituição do veículo apreendido só ocorrerá mediante o prévio pagamento da multa imposta, das taxas e das despesas com a remoção e estada do veículo.

Artigo 5º A Divisão de Trânsito - DITRAN - ficará encarregada de sinalizar as principais vias de trânsito da cidade de Caraguatatuba com placas alertando para o limite de som previsto nesta Lei e as penalidades em caso de infração.

Artigo 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraguatatuba, 04 de dezembro de 2000.

**ANTONIO CARLOS DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**